



Faculdade de Ensino Regional Alternativa – FERA
Pedagogia

Cleidiane Castro de Oliveira

A Gestão Escolar no Contexto da Educação Indígena – Uma abordagem teórica e prática sobre as
vivências da Escola Indígena Brolhos da Terra

Arapiraca
2017

Cleidiane Castro de Oliveira

A Gestão Escolar no Contexto da Educação Indígena – Uma abordagem teórica e prática sobre
as vivências da Escola Indígena Brolhos da Terra

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à Faculdade
de Ensino Regional Alternativa – FERA como requisito
parcial à obtenção do grau do Curso de Pedagogia.

Orientador: Prof. Esp. Manoel Teixeira Pires

Arapiraca

2017

Cleidiane Castro de Oliveira

A Gestão Escolar no Contexto da Educação Indígena – Uma abordagem teórica e prática sobre
as vivências da Escola Indígena Brochos da Terra

Trabalho de Conclusão de curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de licenciado em
Pedagogia da Faculdade de Ensino Regional Alternativa –
FERA.

Data da aprovação ____ de _____ de 2017.

Banca Examinadora

Profº. Esp. Manoel Teixeira Pires

Faculdade de Ensino Regional Alternativa – FERA

Orientador

À minha família, em especial aos meus avós Raimunda Carneiro dos Santos (em memória) e Antônio Ferreira Neponusseno (em memória) e aos que ainda estão comigo compartilhando essa alegria Josefa Oliveira Ovides e Manoel Júlio de Castro, meus troncos velhos, meus guardiões aqui e em outros planos.

AGRADECIMENTOS

Peço licença aos meus ancestrais, meus anjos de luz para agradecer aos que me ajudaram nesta jornada acadêmica, meus professores que tanto contribuíram com seus conhecimentos e experiências. Agradeço aos meus colegas que estão concluindo comigo essa etapa e também aos que continuam e ainda vão chegar à essa etapa.

Agradeço à minha família que por ser tão grande não tem como citar nomes, mas me faz sentir fortalecida e apoiada para continuar estudando. Agradecer também aos meus colegas de trabalho da Escola Indígena Brochos da Terra que de forma direta ou indireta me auxiliaram na construção desse trabalho.

“O arco que o índio arma não é arma, é sobrevivência natural. O lugar que o índio vive não é moradia, é natureza. Ser índio, não é uma classe digna de piedade e lamentos, é ser original, ser raiz, ser história e ser principalmente raça pura, com conceitos e modos que devem ser respeitados por quem veio depois.”

Almany – Poeta do Sol

RESUMO

A presente pesquisa apresenta as concepções de Gestão Educacional no contexto da Educação Indígena, compreendendo os mais amplos conceitos da educação dentro das aldeias indígenas. Concepções estas que fazem toda a diferença quando as comparamos com a ideia de educação nas escolas convencionais. A pesquisa enfatiza sobre a história da educação indígena no Brasil e sua evolução histórica, sobre as discussões dessa modalidade de educação no Ceará por meio dos Territórios Etno Educacionais e ainda sobre os princípios e valores que norteiam o processo da Educação Indígena. Também nos permite conhecer sobre as práticas e vivências de uma escola indígena reafirmando as teorias que conheceremos ao longo dessa leitura. Essa experiência também é capaz de reafirmar sobre as concepções didáticas pedagógicas da escola indígena e como é possível relacionar a Base nacional Comum com as áreas diversificadas trabalhadas pelas escolas indígenas numa perspectiva de reafirmação de uma educação diferenciada. A pesquisa também evidencia sobre os processos próprios de aprendizagem e sobre as discussões a cerca da gestão escolar indígena numa perspectiva de gestão democrática que visa formar o índio a partir do que ele é, do que ele representa para sua comunidade, sem transformá-lo no sentido de mudar seu jeito de ser, muito menos de deixar sua cultura. O índio se forma para fortalecer a sua comunidade, ganha conhecimento para aplicar em suas aldeias, ele evolui sem deixar de ser o que é, ele evolui para ter mais embasamento, segurança e conhecimento para reafirmar a sua identidade em qualquer lugar e assim não ser necessário negar sua origem perante as outras pessoas por medo ou vergonha de uma origem que devia orgulhar a todos os brasileiros, por também terem vindo dessas raízes, embora hoje mestiços, por em nosso dia a dia ter tanto elementos que veio da cultura indígena. Ao invés disso muitos duvidam da identidade desses povos por também terem evoluído, é dado o direito a qualquer pessoa de adquirir novos conhecimentos e de usar coisas novas, porém ao índio esse direito é negado. É preciso devolver o direito aos índios de serem eles mesmos “índios”.

Palavras - chaves: Indígena – Concepções – Educação – Cultura

ABSTRACT

This research presents the conceptions of Educational Management in the context of Indigenous Education, including the broader concepts of education within indigenous villages. These concepts make all the difference when compared to the idea of education in conventional schools. The research emphasizes the history of indigenous education in Brazil and its historical evolution, about the discussions of this type of education in Ceará through the Ethno Educational Territories and about the principles and values , that guide the process of Indigenous Education. It also allows us to know about the practices and experiences of an indigenous school reaffirming the theories we will know throughout this reading. This experience is also able to reaffirm the pedagogical didactic conceptions of the indigenous school and how it is possible to relate the National Common Base with the diverse areas worked by the indigenous schools with a view to reaffirming a differentiated education. The research also highlights the processes of learning itself and the discussions about indigenous school management in a perspective of democratic management that aims to train the Indian from what he is, what he represents to his community, without transforming it into the Sense of changing your way if you are, let alone leaving your culture. The Indian is formed to strengthen his community, he gains knowledge to apply in his villages, he evolves without ceasing to be what he is, he evolves to have more foundation, security and knowledge to reaffirm his identity anywhere and thus not to be It is necessary to deny its origin to other people for fear or shame of an origin that should be proud of all Brazilians, because they also came from these roots, although today mixed, for in our day to day have so much elements that came from the indigenous culture. Instead, many doubt the identity of these peoples because they have also evolved, the right is given to any person to acquire new knowledge and to use new things, but to the Indian this right is denied. It is necessary to give back the right to the Indians to be themselves "Indians".

Key words: Indigenous - Conceptions - Education - Culture

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	09
2 – A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL	11
2.1 – AVANÇOS E DIFICULDADES DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA E ESTATÍSTICA	13
2.2 – UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE AS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO DIFERENCIADA	16
3 – DISCUSSÕES SOBRE EDUCAÇÃO INDÍGENA NO CEARÁ	18
3.1 – TERRITÓRIO ETNOEDUCACIONAL POTYRÕ E AS PERSPECTIVAS DE EDUCAÇÃO INDÍGENA NO ESTADO DO CEARÁ	21
3.1.1 – Educação Escolar Indígena e a Reafirmação da identidade	24
3.2 – PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA X GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA	27
3.3 – UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA	28
4 – VIVÊNCIAS DA ESCOLA INDÍGENA BROLHOS DA TERRA	29
4.1 – GESTÃO DEMOCRÁTICA E COMPARTILHADA	35
4.2 – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO X GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA	37
4.3 – RELAÇÃO COMUNIDADE X ESCOLA NUMA PERSPECTIVA DE TRANSFORMAÇÃO	41
5 – METODOLOGIA	42
5.1 – Campo da Pesquisa	43
5.2 – Resultados da pesquisa	45
CONCLUSÃO	49
6 - REFERÊNCIAS	

1 – INTRODUÇÃO

Falar sobre o contexto da Gestão Escolar numa perspectiva da Educação Indígena requer antes de mais nada um passeio pelo histórico da vivência das populações indígenas que tanto se empenharam na luta pela garantia ao direito à uma Educação Diferenciada. A Educação Indígena por ser fruto de muita luta e reivindicação das etnias é hoje uma condição para reafirmação da identidade étnica dos seus educandos e também da comunidade na qual está inserida, fazendo-se perceber num patamar de responsabilidades com a valorização da cultura e saberes próprios de suas etnias.

Muito se discute sobre a temática da gestão compartilhada e democrática das escolas, porém é necessário antes de tudo se fazer compreender o amplo sentido dos termos “compartilhada” com quem, para quem e “democrática” até que ponto, quem participa dessa democracia. Também é comum ouvir falar sobre alguns estereótipos vinculados pela sociedade dita civilizada à Educação Indígena, como sendo uma escola sem qualidade, sem organização, que não zela pelas exigências da Base Comum Nacional dentre outras coisas. Porém essa pesquisa com o tema: **A Gestão Escolar no Contexto da Educação Indígena** – Uma abordagem teórica e prática sobre as vivências da Escola Indígena Broilhos da Terra, tem o objetivo de fazer uma análise das experiências exitosas realizadas pela escola indígena evidenciando o trabalho desenvolvido pela mesma, quebrando paradigmas já enraizados na sociedade.

A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas e aplicação de questionários com caráter quantitativo e qualitativo, levando em consideração todos os envolvidos na construção da educação indígena dessa escola. É importante ressaltar também que além disso a pesquisa se fundamenta em uma análise e observação da vivência da escola por um longo período e conversa informal com alunos, professores, lideranças, pais, funcionários e gestão escolar, contribuindo para a elaboração e conceituação de dados.

É indissociável falar sobre Gestão de Escola Indígena sem antes fazer uma abordagem histórica e sem falar de tudo que permeia a Escola e a comunidade. A pesquisa se apresenta com três abrangentes capítulos, sendo o primeiro denominado “A Educação Indígena no Brasil” que permite tomar conhecimento sobre a história da modalidade de educação no País,

os dados estatísticos e principalmente os desafios e as conquistas dessa luta, bem como dá conhecimento sobre as concepções teóricas do conceito Educação Diferenciada. No segundo capítulo intitulado “Discussões sobre Educação Indígena no Ceará” faz uma abordagem sucinta sobre essa modalidade de educação em uma situação mais delimitada ao Estado do Ceará, tratando sobre o Território Etno educacional Potyrõ numa perspectiva de ter a Escola Indígena como reafirmação da identidade étnica cuidando da valorização cultural dos princípios e valores da etnia numa construção coletiva da Gestão Escolar Indígena. O terceiro e último capítulo faz uma abordagem mais específica sobre a vivência da Escola Indígena Brolhos da Terra, tratando sobre a construção da Gestão Compartilhada e Democrática, o Projeto Político Pedagógico e a relação de tudo isso com a comunidade onde a escola está inserida.

Poderíamos iniciar essa pesquisa com uma infinidade de reflexões sobre a educação indígena, porém antes disso é importante se fazer refletir sobre quem são esses povos, como vivem, o que fazem, como estudam. É comum ouvir falar que as escolas indígenas são instituições sem qualidade, que não se preocupam com seus resultados dentre outras coisas, porém se perguntadas sobre o seu contato com indígenas e sua vivência, a resposta é simples e preocupante “não”. Falar sobre índios no Brasil, requer conhecimento, aproximação, contato direto, pois já passou o tempo em que as histórias que vemos nos livros de história se faziam verdadeiras, histórias contadas por pessoas que ao menos conviveram com índios um dia. Daí a importância da luta pela Educação Escolar Indígena, pois a história dos índios precisa com urgência ser contada pelos próprios índios e assim desmistificar muitas inverdades que são ditas sobre eles.

Quando falamos sobre índios, a imaginação sofre um retrocesso histórico e só permite visualizar na mais pequena fantasia pessoas peladas, sem conhecimento científico, dançando na chuva com seus cocás de penas na cabeça. Isso é um grande erro ainda bastante atual da maioria das escolas convencionais que continuam perpetuando essa imagem dos povos originários, trabalhando no dia 19 de abril sobre esses povos sem ao menos saberem quem são. A maioria das pessoas têm enraizado em suas cabeças que se um dia usar um relógio deixa de ser índio, se tiver vestido deixa de ser índio, mas não se permite perceber que nenhum Brasileiro deixa de ser Brasileiro por usar uma roupa de outro País ou falar outra língua por exemplo. É importante fazer esse exercício de reflexão diariamente para não cometermos injustiças com povos que muito contribuem com a cultura de nosso País.

Educação indígena não é diferente, para falarmos é preciso entender. O que é importante para as escolas ditas convencionais pode não ser importante para a escola do índio. Aquilo que o homem branco considera como resultado satisfatório pode não ser o mesmo valor para o índio e assim começa a nossa reflexão. Aceitar que o mundo está sempre evoluindo é também nos permitir quebrar paradigmas que um dia nos foi colocado como verdade absoluta. Se somos capazes de entender que o mundo tem vivido mudanças extraordinárias, também somos capazes de compreender que a população indígena assim como o restante da população tem o direito de evoluir, de inovar, de crescer sem deixar de ser o que são “índios”.

2 – A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL

O contexto da Educação Indígena no Brasil é imenso tanto quanto a luta pelo reconhecimento da identidade das etnias. A Educação para essas populações em seu sentido duplo perpassa as concepções dos conhecimentos tradicionais da geração e por fim chega ao que denominamos escola, sentido dado pelos Jesuítas desde a invasão dos Portugueses às terras brasileiras, quando se utilizavam da catequese com o objetivo de alfabetizar e exterminar a língua materna, os costumes e as tradições dos povos indígenas. Essa história permaneceu por muito tempo nas terras indígenas, até que as populações indígenas se perceberam perdendo seus maiores tesouros, seus conhecimentos tradicionais e estavam aprendendo coisas que não faziam parte de suas vivências. Passou-se então para uma nova luta, garantir o direito à uma educação indígena que atenda às necessidades do povo, que valorize as suas especificidades e acima de tudo que preserve os costumes, princípios e valores da etnia como garantia desses conhecimentos tradicionais às outras gerações.

Esse direito passou a ser reconhecido legalmente a partir da Constituição Federal de 1988, configurando-se como uma política e se denominou como Educação Diferenciada numa perspectiva de reconhecer o direito à educação ao índio, de serem eles mesmos. A Constituição da República Federativa se expressa em seu capítulo II da seguinte forma:

Art. 210 – Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

2. O Ensino Fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas

também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Essa como sendo a primeira vez que esse direito foi mencionado se tornou uma grande conquista para o movimento indígena e desde então a discussão sobre Educação Diferenciada tem se colocado em demais referenciais importantes como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação, que reforçam esse direito numa perspectiva de fomentar a preservação das tradições dessa população, seus costumes e crenças que de forma informal para as diversas etnias também se configura como um tipo de educação. E começou-se uma discussão contínua sobre como efetivar os princípios das etnias dentro de um processo educacional por meio de conferências, assembleias, reuniões, fóruns e debates com as comunidades indígenas e órgãos competentes como FUNAI, Secretarias de Educação e Ong's que realizam trabalhos sociais dentro dessas comunidades.

No momento em que foi garantido a educação diferenciada para índios também se criou o direito à uma escola para índios que atendessem as necessidades das comunidades. Daí também essa política pública se percebia em meio ao grande desafio de como oferecer uma educação diferenciada que embora seja para povos indígenas, ambos possuem concepções diferenciadas a cerca da educação, para tanto é que se fazia necessário a discussão sobre o tema e por isso a educação diferenciada se concebe em suas comunidades com modos particulares aos princípios de sua etnia.

Embora existam tantas leis que asseguram o direito a uma educação diferenciada, essa modalidade de educação ainda perpassa por vários desafios, conforme mostra o depoimento à seguir:

“Não adiante ter leis, se a escola indígena diferente não for diferente. Até agora a escola diferenciada só está no papel. A gente já falou muito sobre escola indígena diferente, mas na prática as coisas demoram muito para mudar. A gente não quer negar as coisas boas que os brancos nos ensinaram, mas a gente não quer que a nossa história e a nossa cultura se percam. Por isso, muitas comunidades indígenas estão fazendo seus próprios currículos, do jeito que eles acham bom. Agora temos leis que falam de educação indígena. As leis estão do nosso lado e nós vamos lutar para que sejam cumpridas.” (Profª Maria de Lurdes, Guarani do Mato Grosso do Sul)

Entre tantas as discussões se criou princípios norteadores para a Educação indígena, expressos no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, obra resultante das conferências, seminários e oficinas sobre a modalidade de educação:

Entre os Povos Indígenas, a educação se assenta em princípios que lhes são próprios, dentre os quais:

- Uma visão de sociedade que transcende as relações entre humanos e admite diversos “seres” e forças da natureza com os quais estabelecem relações de cooperação e intercâmbio a fim de adquirir – e assegurar – determinadas qualidades;
- Valores e procedimentos próprios de sociedades originalmente orais, menos marcados por profundas desigualdades internas, mais articuladas pela obrigação de reciprocidade entre os povos que a integram;
- Noções próprias culturalmente formuladas (portanto variáveis de uma sociedade a outra) da pessoa humana e dos seus atributos, capacidades e qualidades;
- Formação de crianças e jovens como processo integrado; apesar de suas inúmeras particularidades, uma característica comum às sociedades indígenas é que cada experiência cognitiva e afetiva carrega múltiplos significados – econômicos, sociais, técnicos, rituais, cosmológicos.

É por meio desses princípios que a escola não é vista pelos povos indígenas como único lugar de aprendizagem e também que existem outros elementos além daquilo que é concreto que pode ser elemento de ensinamento e estudo. Embora existam princípios comuns norteadores para a Educação Escolar Indígena, todas as escolas indígenas se constroem num processo desafiador de formulação de práticas que favoreçam a unificação do saber tradicional da etnia ao que é estabelecido pela Base Nacional Comum, que por vezes chega a ser pensado pelas lideranças indígenas como um empecilho no desenvolvimento e efetivação na prática do que é regido por lei sobre Educação Escolar Indígena. Daí se concebe também muitos estereótipos a cerca dessa modalidade de ensino, pois continua sendo analisada com os mesmos olhos de quem olha para a educação dita convencional.

De acordo com dados do Censo Escolar da Educação Básica (MEC/Inep, 2013), existem 2.765 escolas indígenas situadas em todas as unidades da federação; 14 mil professores atuam nas escolas indígenas; destes, somente 7.321 se declaram indígenas. Isso significa que quase metade dos professores não são indígenas; 246 mil estudantes indígenas estão matriculados na Educação Básica; em 78,3% das escolas indígenas a língua indígena é utilizada (são, portanto, escolas bilíngues).

2.1 – AVANÇOS E DIFICULDADES DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA E ESTATÍSTICA

A Educação Indígena conforme já foi dito se constrói ao longo da história, se permitindo inovar sem que deixe de reafirmar a sua identidade e valorizar as suas tradições

numa perspectiva de disseminar conhecimentos milenares que são transmitidos de geração à geração. A modalidade de educação como sendo uma das grandes conquistas dos etnias indígenas no Brasil também se apresenta com dificuldades assim como as demais modalidades de educação, problemas esses que perpassam pela estrutura da escola, recursos didáticos pedagógicos e contratação pessoal de funcionários. Na medida em que se obtém novas conquista também se apresentam novos desafios para o movimento indígena.

Além dessas dificuldades, a Educação Indígena ainda tem vários outros outros desafios a enfrentar, o mais desastroso de todos é a questão do preconceito, é negarem seus direitos por serem povos que lutam pela demarcação de suas terras e por terem costumes diferentes daqueles que já foram postos pela sociedade dita civilizada como sendo padrão. Aqui é importante frisar que é preciso que percebamos o índio como um ser humano primeiramente, porém vivem em culturas diferentes e precisam ser respeitados.

“Embora a educação escolar indígena tenha que enfrentar vários desafios e barreiras com relação à discriminação e preconceitos, o que fortalece a luta contra este desafios é a tomada de consciência, por parte dos professores indígenas, de que a educação é um compromisso de todos. Que o presente documento possa oferecer também essa orientações e subsidiar melhor a elaboração de programas educativas, que atendam realmente aos interesses das comunidades principalmente a elaboração de seus currículos específicos”. **(Parecer do professor Enilton, Wapixana,RR – RCNEI,2005, p.44)**

De acordo com último censo realizado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e FUNAI – Fundação Nacional do Índio, existem no Brasil cerca de 817,9 mil indígenas reconhecidos, falando 274 línguas diferentes divididos em 305 etnias. Destes 502.783 vivem na Zona Rural e 315.10 habitam as zonas urbanas Brasileiras. O censo ainda demonstrou que 17,5% de população indígena não fala a língua portuguesa .

Esses dados permitem uma visão panorâmica sobre a diversidade quando falamos sobre Educação Escolar Indígena no país. Se consideramos que cada etnia tem suas escolas indígenas e ainda que dentro de suas etnias cada aldeia possui suas especificidades podemos perceber a diversidade de conhecimentos milenares que as populações indígenas possuem na sua mais bonita singularidade.

A Escola indígena é vista pelas suas etnias como um local de fortalecimento da luta pela garantia dos seus direitos, é necessário ter índios dotados de conhecimento para

buscarem seus direitos para dentro de suas comunidades, direitos esse que estão garantidos constitucionalmente porém não efetivados como deveriam, podemos citar nessa situação o direito à terra demarcada, direito à uma saúde de qualidade, direito de acesso aos políticas públicas e sociais dentre outros.

Daí podemos perceber a importância que as escolas indígenas tem para suas comunidades, se fazendo perceber em um patamar de responsabilidades que vai além do papel formal de uma escola e por isso também se faz necessária a presenças das lideranças dentro da escola, pois tem um papel fundamental na construção dos saberes e percepções ancestrais da etnia, valorizando os princípios e tradições do povo na perspectiva em casos específicos do resgate da língua materna.

Ao analisarmos os dados do último censo realizado pelo IBGE é notório o crescimento da população indígena no Brasil tendo como referência as pesquisas anteriores. Isso tem permitido algumas reflexões dentro do movimento indígena do Brasil, fazendo perceber nesses diálogos que as pesquisas realizadas por meio do censo em suas pesquisas anteriores não faziam referências de auto declaração indígena para tanto se tornava difícil a reafirmação da identidade indígena do cidadão tendo como referência os grandes massacres vivenciados até hoje pelas etnias indígenas, práticas que ainda fazem parte do que a população dita civilizada nomeou como “Descobrimto do Brasil” e “Catequização dos Índios”.

Os termos apresentados acima merecem uma discussão mais aprofundada e requer uma visão um pouco mais civilizada já que a sociedade atual afirma viver em um mundo moderno e globalizado. Não se pode descobrir aquilo que já era habitado por alguém, aquilo que já tinha dono e também não se pode catequizar quem possui valores, crenças e saberes próprios. Mesmo diante dessa reflexão é comum nos depararmos diariamente com situações em que mesmo num mundo globalizado e moderno o índio não pode se fazer parte dessas transformações.

Se o índio usar um relógio, a sociedade dita civilizada por vezes o julga como não possuidor de sua identidade indígena, porém nenhum brasileiro teve sua identidade negada por usar algo que não pertencia ao seu convívio natural. Da mesma forma que se admite um pensamento pelo qual o índio deixa de ser índio por usar algo do homem branco, poderíamos admitir que qualquer homem branco tenha a identidade indígena quando utilizar utensílios ou

objetos pertencentes as populações indígenas e isso é inadmissível.

2.2 – UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE AS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO DIFERENCIADA

Para fala de Educação Diferenciada é necessário antes de mais nada compreender conceitos importantes. Poderíamos nos perguntar, porque criar uma escola só para índios, se já tem tantas escolas, isso não seria reprimir, ou excluir o índio da sociedade dita moderna? De acordo com os princípios indígenas não, a educação diferenciada em primeiro lugar não significa escola propriamente dita, significa educar as crianças da aldeia de forma diferenciada do que é a educada as crianças de outras culturas, em segundo lugar, a criação de escolas indígenas se faz necessário no momento em se percebe que as crianças indígenas não tem sua cultura e seus costumes respeitados na maioria das escolas convencionais, tendo que por muitas vezes esquecerem suas línguas maternas, seus costumes e tradições.

A Educação Indígena foi pensada para reafirmar o direito a uma identidade específica para os índios, é preciso entender que uma sala de aula apenas não representa o contexto da educação indígena para os índios. Na aldeia toda sua extensão é escola, por isso os processos educacionais se diferem dos padrões da escola convencional.

O aluno indígena precisa aprender a pescar no rio, colher sementes, fazer artesanato, praticar seus rituais e tudo isso faz parte da vivência diária dos alunos indígenas. Compreendendo a partir dessa teoria, nos faz compreender a necessidade da criação da educação diferenciada para as populações indígenas.

Antes de conceituar os princípios de educação diferenciada é importante ressaltar sobre os conceitos que as próprias etnias têm com relação ao tema. Inicialmente, para as comunidades indígenas não é comum perceber uma diferença de papéis ou valores quando se coloca sobre escola e comunidade, segundo as lideranças indígenas, a escola é comunidade e comunidade é escola, portanto não se concebe um papel para cada uma delas e sim se completam numa perspectiva de construção e reafirmação da identidade. Segundo as lideranças a escola tem um papel muito importante para o movimento indígena, pois quem está na escola é índio e tem suas particularidades relacionadas ao movimento.

Para as etnias indígenas, a educação se apresenta por meio de dois diferentes e importantes momentos que se conceituam numa linha inicial denominada Educação Indígena composta pelos conhecimentos tradicionais milenares da etnia que vem sendo repassado de geração à geração, pautados nos valores e princípios étnicos e uma segunda linha de percepção denominada educação Escolar Indígena, onde as crianças aprendem a ler, escrever e formar seus conceitos sobre sua identidade e tudo que pertence ao seu mundo.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, a escola indígena possui quatro importantes características que reafirmam sua identidade, a primeira delas é ser comunitária, por que é conduzida pela comunidade indígena de acordo com seus projetos, concepções e princípios, isto reflete desde a construção do currículo à administração, incluindo a liberdade e autonomia na elaboração do calendário letivo. A segunda característica é ser intercultural por conter uma diversidade cultural e linguística visível e apreciada, não considerando uma cultura mais relevante que outra mas entendendo que todas contribuem para a formação do ser. A terceira característica é ser bilíngue/ multilíngue, atentando-se as línguas tradicionais das etnias e seus jeitos próprios de comunicação. A quarta e última característica é ser específica e diferenciada numa perspectiva que abrange a autonomia da comunidade sobre as escolas, bem como a participação das lideranças em todo o processo educacional.

Essas quatro características definem muito bem o contexto da Educação Indígena no Brasil, não se pode pensar em Educação Diferenciada sem pensar nesses elementos norteadores. A Escola é dos meios mais visíveis de reafirmação da identidade enquanto indígena para as diversas etnias indígenas, as lideranças costumam afirmar que a luta deu origem à Escola indígena e a escola precisa suportar a luta desses povos, a luta pela demarcação de seus territórios, a luta pela garantia de uma saúde de qualidade, pela implementação de políticas públicas e várias outras lutas.

Por isso, as escolas indígenas têm múltiplos sentidos e responsabilidades, é necessário além de garantir um ensino diferenciado de qualidade para as aldeias, garantir também que o movimento pela busca da efetivação de direitos dos povos também sejam considerados. A escola indígena precisa preparar guerreiros e guerreiras que sejam capazes de atuar dentro e fora de suas aldeias sem precisar negar suas origens ou vender sua dignidade para os brancos,

que sejam capazes de defender seus direitos e sua identidade em qualquer lugar, lutar de igual para igual na defesa de seu povo, sem necessidade de usar suas especificidades para se ver inferior ou superior a qualquer outra pessoa.

O direito aos processos próprios de aprendizagem estão amparados em diversos dispositivos da Lei, conforme já foi enfatizado, esses dispositivos legais permitem às escolas indígenas se utilizarem das mais diversas práticas e saberes milenares do seu povo ou etnia, garantindo ao aluno que seu contexto educacional não seja tão diferente daquilo que está habituado no seu dia a dia com sua família e assim a educação indígena não acontece em ciclos separadas mas de forma continuada, onde o que ele aprende na escola dá continuidade na escola e o que aprende na escola coloca em prática na comunidade.

3 – DISCUSSÕES SOBRE EDUCAÇÃO INDÍGENA NO CEARÁ

A discussão sobre educação indígena no Ceará não se difere em grandes proporções da sua própria trajetória à nível nacional. A luta pela garantia ao direito à uma educação diferenciada também perpassa pelas mesmas dificuldades. De acordo com os dados do último censo realizado em 2010 pelo IBGE, o Ceará tem 20.697 índios, divididos em 14 etnias vivendo em diversos municípios do Estado. É importante ressaltar que desses quatorze povos indígenas do Estado que ficam divididos em várias aldeias e diferentes municípios, apenas uma etnia no Estado que são os Tremembé tem uma terra demarcada oficialmente concluída, as demais terra, todas estão em processo de regularização fundiária.

Mas, podemos questionar, o que isso tem a ver com a discussão de educação no Estado? Ora, se 14 etnias que tem no Estado não tem suas terras demarcadas, é unânime a presença das discussões sobre território, gestão territorial, etno mapeamento e etno zoneamento nos currículos dessas escolas, embora estejam todas em contextos bastantes diferentes, daí é que as discussões sobre Educação Indígena se fazem presentes também nas discussões sobre o território, da mesma forma que as questões de território aparecem nas escolas.

As discussões sobre educação indígena no Ceará perpassam por várias outras discussões, como formação de professores, infraestrutura das escolas, criação da categoria professor indígena, merenda escolar, elaboração de material didático pedagógico

diversificado, formação de professores e várias outras. O Estado do Ceará ainda hoje não criou a categoria professor indígena e por isso, os profissionais docentes ainda trabalham por meio de contrato por tempo determinado e não tem um plano de cargo e carreira. Alguns professores já se entram nessa situação à 16 anos de serviço sem nenhum direito profissional.

Outra questão bastante discutida tem sido a infraestrutura das escolas, muitas precisam ser melhoradas e outras precisam ser construídas, pois tem aldeias que ainda ministram aulas em locais improvisados, como em baixo de árvores e outros. É importante ressaltar que esta realidade é vivenciada por todas as aldeias até conseguirem a construção de seus prédios escolares.

Com relação a merenda escolar dos alunos indígenas, estes recebem um adicional por valor aluno por serem indígenas, têm cardápio diferenciado e específico, sendo construído coletivamente com a comunidade escolar. O material didático como livros por exemplos usados nas escolas indígenas do estado, ainda é o material entregue para todas as escolas ditas convencionais. Vale ressaltar que todas as escolas têm em seus arquivos, ou salas de leitura, muito material produzidos pelos próprios alunos ou professores em parceria com a comunidade e não são publicados, muitas vezes por falta de um recurso disponível para este fim.

No entanto, esses materiais produzidos estão hoje cada um nas suas escolas. Seria necessário, a reprodução desse material para que umas conhecessem os trabalhos de outras e assim, nessa troca, nesse partilhamento, a educação indígena se fortaleceria ainda mais, pois todos os povos tem saberes diferentes e assim, poderia ser disseminado de ideias e concepções diferenciadas para assim construir uma educação indígena ainda melhor e de mais qualidade.

No que tange a Formação de professores, esse ainda é um desafio para a educação indígena, cada estado do Brasil tem seus programas e processos próprios de formação de docentes indígenas, tendo em vista que a maioria dos professores dessa categoria em exercício nunca tiveram uma formação específica para atuarem. Existem os cursos de formação inicial em Magistério Indígena e diversos estados tem suas propostas nessa linha de formação.

nas, para que o processo de Educação Escolar Indígena seja realmente específico, diferenciado e adequado às particularidades culturais das etnias é necessário que os

profissionais que atuam em escolas indígenas pertençam à realidade das comunidades, seja conhecedor dos princípios do seu povo e conheça seus valores.

O professor em sua atuação nas escolas indígenas deve ter acesso às formações continuadas, principalmente nas que favorecem às pedagogias indígenas. Esses profissionais em sua grande maioria, iniciam suas atividades docentes apenas com o Ensino Médio dito convencional, porém são dominadores de conhecimentos próprios de sua cultura. É importante ressaltar que o professor indígena é também visto como um ator de direitos e também deveres para com o seu povo, assumindo além de seu papel enquanto educador indígena, a função de liderança.

A obra Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada , Alfabetização e Diversidade, 2 edição , 2005, destaca que é importante considerar referente à formação do educador indígena:

- A formação do professor índio dá-se em serviço, o que exige um processo continuado de formação para o Magistério;
- A capacitação do profissional professor índio dá-se concomitantemente à sua própria escolarização;
- Diferentemente do professor não índio, o professor índio exerce um papel de liderança importante em sua comunidade, servindo frequentemente, como mediador cultural nas relações interétnicas estabelecidas com a sociedade nacional.
- A capacitação do professor índio requer a participação de especialistas com formação, experiência e sensibilidade para trabalhar aspectos próprios da educação indígena, incluindo profissionais das áreas de linguística, antropologia e outras.

No Estado do Ceará, especificamente, os professores das escolas indígenas se formam no exercício de sua função com cursos de formação continuada oferecida na maioria das vezes pela Secretaria de Educação do Estado. O quadro de formação desses profissionais tem evoluído a cada dia, e hoje temos um número bem considerável de professores com nível superior em áreas específicas como Língua Portuguesa, matemática, Educação Física, História, Geografia, Biologia e outras, cursadas em grande maioria por meio de institutos e faculdades privadas. Uma outra parcela desses professores tem o Curso de Magistério Indígena oferecido pela SEDUC e outros cursam licenciaturas específicas para a Educação Indígena oferecidas pela Universidade Estadual do Ceará – UFC e Universidade Estadual e

Ceará – UECE.

A formação desses profissionais tem ganhado importância ao longo do tempo, tendo em vista que os princípios da Educação Escolar Indígena também considera como fator importante para garantir a qualidade do ensino no interior dessas escolas perpassando pelos métodos próprios e peculiares de cada etnia, portanto a formação desse profissional é indissociável de sua prática docente.

Porém, todas essas discussões devem ser sempre coletivas, pois assim representa a ideologia indígena, ser comunitária, por que é do povo e não de alguém específico, desta forma a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT orienta em seu artigo 7º:

1. Os povos interessados deverão ter o direito de escolha suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizem de alguma forma, e de controlar na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente.

Essas discussões são sempre norteadas por meio da organização legal de professores indígenas do Estado do Ceará denominada OPRINCE e os movimentos de lideranças com parcerias ligadas à questão ou que desenvolvem trabalhos sociais e culturais dentro das aldeias indígenas. Essa organização de professores possui representantes das quatorze etnias do estado e lideranças com o intuito de garantir a participação de todos nas discussões.

3.1 – TERRITÓRIO ETNO EDUCACIONAL POTYRÕ E AS PERSPECTIVAS DE EDUCAÇÃO INDÍGENA NO ESTADO DO CEARÁ

Através de todas essas discussões sobre Educação Indígena no estado, começou-se a pensar sobre os Territórios Etno educacionais, ferramenta pensada com o intuito de desenvolver todos as questões referentes a esta modalidade de educação. A partir de então as reflexões começaram a ser discutidas sempre coletivamente para assim não fugir das recomendações legais sobre o assunto.

Os Territórios Etno educacionais – TTE é uma política pública de acesso dos povos indígenas, conquistadas também por meio de muita luta, dando origem ao Decreto Federal nº

6.861 de 2009, que instituiu a organização da Educação Escolar Indígena em territórios etno educacionais na Constituição Federal de 1988 conforme afirma

(...) independente da divisão político administrativa do país, as terras indígenas, mesmo que descontínuas, ocupadas por povos indígenas que mantêm relações inter societárias caracterizadas por raízes sociais e históricas, relações políticas e econômicas, filiações linguísticas, valores e práticas culturais compartilhados.(Parágrafo único, art. 6º).

A partir de então a organização dos TTE se inicia com a consulta aos povos indígenas e suas populações, aos órgãos federais competentes e demais organizações indígenas. È definido a área de abrangência e se organiza uma rede de sistemas de ensino, organizações indigenistas e outros sempre se atentando ao protagonismo dos indígenas nas decisões e a partir de então se forma um trabalho articulado e coletivo na definição de metas e ações prioritárias para o desenvolvimento da Educação Escolar Indígena.

A criação dos TTE têm gerado muitas discussões dentro das Conferências de Educação Escolar Indígena, em caso particular uma I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena – CONEEI, que trouxe dessas discussões considerações importantes sobre o assunto, no item B da Parte I, destacando algumas das garantias já vistas no Decreto:

O governo federal somente implantará os Territórios Etno educacionais com a anuência dos povos indígenas a partir da consulta pública ampla com a realização de seminários locais, regionais e / ou estaduais para esclarecimentos sobre a proposta de implantação e implementação dos TEE, avaliando a sua inviabilidade, sua área de abrangência em relação aos povos e Estados, considerando os novos marcos legais a serem construídos e os planos de trabalho dos Territórios Etnos educacionais. O governo federal garantirá aos povos indígenas que não concordarem em adotar ou ainda não definiram o modelo de gestão baseado nos TEE o envio de recursos de igual qualidade para a educação escolar indígena (BRASIL, 2009a, p.05).

A criação dos Territórios Etno educacionais se firmam no Movimento indígena como uma busca de melhor qualidade para a Educação Indígena, mas não apenas para isso se configura também como reafirmação da identidade das etnias com um significado muito além daquele se imagina inicialmente, reafirma a luta pela demarcação de seus territórios tem um valor e um lugar especial dentro dos processos de educação diferenciada.

Os Territórios Etno educacionais passam por três importantes fases, a consulta, o diagnóstico e o plano de ação. Etapas esses que devem ser ao longo do processo sempre acompanhadas e orientadas pelo Ministério da Educação – MEC conforme orienta também o

Decreto nº 6.861/2009. No artigo 8º é ressaltado as orientações para elaboração do Plano de Ação, destacando que estes devem conter:

- I – diagnóstico do território etno educacional com descrição sobre os povos, população, abrangência territorial, aspectos culturais e linguísticos e demais informações de caráter relevante;
- II – o diagnóstico das demandas educacionais dos povos indígenas;
- III – planejamento de ações para o atendimento das demandas educacionais ;
e
- IV – descrição das atribuições e responsabilidades de cada partícipe no que diz respeito à educação escolar indígena, especialmente quanto à construção de escolas indígenas, à formação e contratação de professores indígenas e de outros profissionais de educação, à produção de material didático, ao ensino médio integrado à educação profissional e à alimentação escolar indígena (BRASIL, 2009b).

Diante desses conhecimentos o Brasil têm hoje segundo dados oficiais do MEC, vinte e cinco (25) territórios etno educacionais pactuados, dos quarenta e um (41) previstos, distribuídos por doze (12) estados brasileiros. No estado do Ceará essas discussões também ganhado força por meio de conferências regionais, debates e discussões. As etnias indígenas do Estado do Ceará e Piauí iniciaram o processo de organização e elaboração do Território Etno educacional que denominaram Potyrõ. Houve uma união nas concepções sobre essas ideias educacionais por conta do contexto e realidade, portanto é apenas uma referência.

O Território Etno educacional Potyrõ, perpassou por todas as etapas orientadas pelo MEC e decreto que determina e regulamenta sobre a criação dos TEE, o mesmo foi pactuado em Maio de 2014, resta o cumprimento das ações por parte do Governo. A partir de então, é necessário pensar também sobre a crise política enfrentada hoje pelo nosso país, mas em especial refletir sobre o que o movimento indígena tem haver com tudo isso.

O TEE Potyrõ, tem sua metas e ações prioritárias, porém muitos tem sido os cortes orçamentários em todos os setores do país e com a educação indígena não tem sido diferente, diante desse quadro fica vulnerável à cortes de ações e prioridades já pensadas e planejadas pelas populações indígenas. Segundo a Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC, por meio da Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional / Educação Escolar Indígena, temos no estado do Ceará atualmente 37 escolas indígenas que atendem 14 etnias distribuídos em 15 municípios.

3.1.1 – Educação Escolar Indígena e a Reafirmação da identidade

Conforme já foi dito nesse artigo, a escola indígena é vista pelas suas etnias como um lugar e um direito de reafirmação de sua identidade e é nesse perspectiva que as escolas se conceituam e trabalham dia após dia para atender as necessidades das aldeia. Ter uma escola indígena dentro de suas aldeias é reafirmar a identidade de cada índio que ali habita. A conquista da escola é o início para se conquistar o território, é se as etnias ganhassem força para lutar pelos seus direitos.

A concepção de educação de Paulo Freire vê o homem como um ser autônomo, com capacidade de contribuir para a transformação do mundo. Portanto entendemos educação como a prática social responsável pelo processo de humanização. Paulo Freire fala em educação se referindo a profundas mudanças: “Quando falo em educação como intervenção me refiro tanto à que aspira as mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde...”(2000, p.122).

Essa concepção de Paulo Freire descreve exatamente as concepções das etnias indígenas quando se fala em educação diferenciada, não se pode falar em educação e desvincula lá das lutas sociais pela garantia de seus próprios direitos. O índio não consegue perceber a escola sem falar na garantia do seu território, na garanta de uma saúde de qualidade, de garantia de políticas públicas para o seu povo, sem falar na defesa do meio ambiente e várias outras coisas importantes para o índio.

Não possível perceber a educação diferenciada sem os saberes dos mais velhos, sem a presença das lideranças dentro da escola, pois muito antes da escola existem várias outras lutas que precisam ser lembradas diariamente, por isso muitas vezes os alunos indígenas estão em suas aulas quando precisam deixar suas escolas e ir pra a escola maior de tudo isso que é a luta pela garantia de seus direitos e o direito das gerações futuras.

A educação indígena é pensada por meio de processos e práticas próprias, por isso é reinventada constantemente, não para mudar o jeito de ser dos indígenas mas para aprimorarem suas práticas vividas. Talvez por esse motivo a educação indígena é classificada por desconhecedores dessa modalidade de educação como uma educação atrasada e sem pressupostos pedagógicos. É preciso entender que o que representa e faz as escolas ditas

convencionais não representam o modo de pensar na educação indígena, os índios não estão formando pessoas em escolas competitivas e muito menos formando alguém, a formação do índio é um processo contínuo, e não acontece simplesmente na escola.

Para os índios a escola é muito importante e por isso ela precisa atender às várias necessidades das etnias. As escolas indígenas não foram criadas para reproduzir conhecimento do branco, mas para refletir sobre seus próprios conhecimentos e aprimorá-los, num contexto coletivo, onde os múltiplos e particulares saberes são valorizados. Geralmente os mais velhos das etnias não têm o domínio da leitura e da escrita, mas tem em sua longa experiência saberes incalculáveis.

A escola não deve ser vista como o único lugar de aprendizado. Também a comunidade possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída por seus membros: são valores e mecanismo da educação tradicional dos povos indígenas. (BRASIL, 2005, p. 23).

Na escola do índio, quando trabalham sobre a medicina tradicional por exemplo, a criança indígena não aprende somente os conceitos do que diz o conteúdo, além disso ela conversa com os raizeiros e curandeiros para aprender a fazer seus próprios remédios, desvendando os mistérios das plantas e das ervas. Quando a criança vai praticar as modalidades indígenas na disciplina de expressão corporal, ele não aprende apenas a lançar a flecha, ele primeiro aprende a construir sua própria flecha e arco para depois aprender a lançar, assim parece fácil, a criança vai na mata retirar a madeira, aprende as técnicas e constrói sua flecha, não é tão simples assim, não é qualquer madeira que deve ser retirada, a criança precisa aprender sobre os segredos das matas, não é qualquer madeira que dá uma boa flecha e assim por diante.

É importante compreendamos esses conceitos, pois a sociedade ainda têm conceitos distorcidos e errôneos sobre as populações e por isso existem ideias de que é muito fácil trabalhar em escola indígena, os alunos só aprendem sobre a cultura deles, tem conhecimentos inferiores aos da sociedade civilizada e assim por diante. Com base nessas afirmativas o RCNEI trás em suas discussões reflexões a cerca dessas ideias errôneas sobre os índios:

“São todos iguais”: desconhece-se e nega-se a grande diversidade sociocultural e linguística entre os povos indígenas.

“São do passado”: primeiro, nega-se a presença dos povos indígenas como

parte da população brasileira e como integrantes do futuro do país; segundo, considera-se o índio como representante da “infância” da humanidade, como remanescente de um estágio civilizatório há muito ultrapassado pelos “civilizados”.

“Os índios não tem história”: decorrente da noção anterior, esta baseia-se na falsa certeza de que os povos indígenas “pararam no tempo”, “não evoluíram”, vivem como na “nossa” pré-história. Como consequência, imagina-se erroneamente que as sociedades e culturas indígenas não se transformam, não se desenvolvem, e que suas tradições são absolutamente imutáveis.

“São seres primitivos”: “atrasados”, que precisam ser “civilizados”: nega-se aos povos indígenas o direito à autodeterminação e à autonomia de suas escolhas e desqualifica-se seu patrimônio histórico e cultural. Isso impede que se admita e reconheça a existência de ciências e de teorias sociais indígenas, de uma arte e religião próprias etc.

“São aculturados”: não são mais “índios”. Imagina-se que quando os povos indígenas alteram alguns aspectos no seu modo de viver, tornam-se “aculturados”, deixam de ser autênticos e não podem mais reivindicar suas terras ou outros direitos relativos à condição de índios.

Falar de Educação Escolar Indígena requer antes de mais nada um retrocesso no contexto histórico desse movimento. A Educação Escolar Indígena surgiu per meio da necessidade de implementação de uma educação que valorizasse os princípios e valores das etnias, pois na maioria das vezes os alunos indígenas em escolas ditas convencionais eram alvo de preconceito e discriminação por pertencer a um grupo diferente e também por ter costumes e crenças diferenciadas.

Diante todas essas questões, a Constituição Federal de 1988, assegurou aos índios do Brasil o direito de serem índios, de serem quem eles são, em qualquer lugar do mundo, não sendo necessário negar sua identidade para serem aceitos em determinados espaços, reconhecendo seus valores, conforme ressalta o Artigo 231 – “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

De acordo com a obra Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada , Alfabetização e Diversidade, 2 edição , 2005.

“ O direito assegurado às sociedades indígenas, no Brasil, a educação escolar diferenciada, específica, cultural e bilíngue, a partir da Constituição Federal , vem sendo regulamentada por meio de vários textos legais, a começar pelo Decreto 26/91, que retirou a incumbência exclusiva do órgão indigenista (FUNAI) de conduzir processos da educação escolar nas

sociedades indígenas, atribuindo ao MEC a coordenação das ações , e sua execução aos estados e municípios.”

3.2 – PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA X GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA

A Educação Indígena como sendo uma modalidade de educação que precisa atender aos anseios de suas tribos por meio dos seus princípios nos cabe uma nova reflexão que perpassa pela organização administrativa dessas escolas. Segundo as lideranças indígenas, a gestão dessas escolas deve atender aos requisitos antes de tudo do movimento indígena, não se poder ter um gestor dentro das escolas indígenas que não compreende o valor que têm toda a luta desses povos.

O gestor das escolas indígenas deve sempre está também atuante e atualizado sobre o mundo do movimento indígena para assim construir seu plano de trabalho junto com as lideranças e a comunidade escolar. O diretor ou a diretora não pode em hipótese alguma planejar as ações da escola sem esse conjunto tão importante para o desenvolvimento da educação dentro das aldeias indígenas.

Antes de ser gestor das escolas indígenas, é preciso que conheça e tenha experiência como professor dessas escolas, para compreender suas concepções pedagógicas e seus processos próprios de aprendizagem. Geralmente, os professores e diretores escolares conhecem todas as famílias das aldeias e isso facilita o trabalho e acompanhamento melhor dos alunos. As escolas indígenas não tem como aluno apenas a criança que vai à escola, mas também suas famílias.

A harmonia entre as concepções das lideranças indígenas e a gestão das escolas indígenas, devem sempre está em consonância para o desenvolvimento da educação e conseqüentemente da comunidade, caso isto não acontece o movimento indígena perde a educação como parceiro de luta mas principalmente, a escola perde a parceria das lideranças, o que não é considerado um bom negócio para a gestão da escola, tendo em vista que todos os cargos de gestores das escolas indígenas do Estado do Ceará são considerados cargos de confiança da comunidade por meio de indicações.

Falar dos princípios da educação indígena é falar também da organização étnica dos povos indígenas, seus costumes, crenças e tradições. Cada povo possui suas particularidades e isto impacta diretamente nas ações e planejamento da Gestão dessas escolas. Por esse motivo, as escolas indígenas organizam seu próprio calendário letivo, respeitando os períodos de colheita, as datas sagradas e as festas tradicionais de cada etnia.

Para garantia constitucionalmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394/96 ressalta sobre a educação escolar indígena. No seu capítulo II da seção I resume que:

Art.26 – Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Daí a fundamentação legal dos princípios da Educação Indígena, as escolas vislumbram nessa pedagogia de construção e compartilhamento de saberes, portanto, é tão necessário o envolvimento dos profissionais da educação indígena no movimento, para entendimento da luta, não apenas os professores, mas também, diretores, coordenadores, secretários, voluntários, alunos e enfim comunidade.

3.3 – UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA

A gestão escolar é uma atividade pela qual se gerencia os trâmites formais em favor de uma educação de qualidade. Entendendo assim, é necessário ressaltar que esta mesma atividade possui objetivos pertinentes à aprendizagem e também organizacional com procedimentos e medidas administrativas e pedagógicas. Geralmente quem coordena todos esses processos em linha de frente é o diretor escola, pessoa responsável e designada à fazer tal tarefa.

Na gestão das escolas indígenas, esse mesmo processo também acontece, porém com várias outras responsabilidades e concepções adicionais que são atribuídas ao gestor da escola. Diante das tais concepções a gestão das escolas indígenas devem se configurar como harmoniosa com a comunidade indígena na qual está inserida. LIBÂNEO (2014) afirma que são várias as concepções e modalidades de gestão, e as define uma concepção que abrange os

objetivos e a ideologia das escolas, apresentando-as como “ gestão funcionalista, autogestionária e participativa democrática.

A gestão funcionalista se baseia na hierarquia de cargos e funções, já a autogestionária se fundamenta na responsabilidade coletiva e sem a presença do diretor, por fim, a participativa democrática está pautada na participação de cada integrante do processo educacional para com a gestão. O último é o que mais se acentua e formaliza aos processos de gestão das escolas indígenas, por serem escolas comunitárias e por valorizarem cada envolvido no processo educacional.

Diante desse modelo de gestão, acontece ao que grandes estudiosos chamam de gestão intercultural, que ocorre quando a própria comunidade tem a autonomia para a escolha de seus gestores e os auxilia na construção do Projeto Político Pedagógico da Escola, no calendário escolar e auxilia efetivamente para o desenvolvimento das crianças.

Também é necessário ressaltar que os gestores nessa perspectiva democrática de gestão, estejam aptos a sempre ouvirem outros sujeitos, outras opiniões e está aberto ao diálogo. Para a efetivação desse tipo de gestão, é preciso compreender que nem sempre a opinião ou ideia do gestor vai ser apoiada.

4 – VIVÊNCIAS DA ESCOLA INDÍGENA BROLHOS DA TERRA

A Escola Indígena Brolhos da Terra é uma escola situada no município de Itapipoca mais especificamente na Aldeia Munguba da Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú onde vivem índios da etnia Tremembé. A escola atende as quatro aldeias indígenas que habitam a terra e têm hoje 150 alunos divididos nas modalidades de ensino fundamental I, II e Ensino Médio, em três turnos do dia. Têm um quadro de 17 professores, sendo deles dois não pertencentes a etnia Tremembé.

Conforme princípios da Educação escolar indígena, os professores devem ser prioritariamente pertencentes a etnia, porém existem casos específicos que perpassam pela preocupação em manter a qualidade de ensino da unidade escolar e por isso muitas vezes é necessário inserir professores que não pertencem a etnia para dar aulas. Porém isso também é um processo, não é qualquer pessoa que pode dar aulas em escolas indígenas.

Geralmente, quem tem interesse ou é indicado pela comunidade passa por uma seleção com as lideranças e grupo gestor da escola para compreender os valores e princípios que os candidatos têm, depois ainda passam por uma entrevista onde as lideranças passam informações importantes sobre o perfil do professor indígena. Se o mesmo estiver dentro das exigências de formação e tiver apreço e valorização pela história daquela etnia e assumir o compromisso com a comunidade o mesmo pode atuar como professor nas escolas indígenas, até que alguém da comunidade se forme na determinada área de educação.

A escola tem um papel muito importante na formação do cidadão, bem como na sua interação com a sociedade de uma forma em geral. O trabalho da escola indígena se intensifica muito mais com relação a isso pois a comunidade repassa uma confiança e espera da escola um retorno bem maior do que seria esperado por uma família não indígena.

Além de ensinar o que denominamos tradicional, a escola indígena ainda tem que trabalhar e acompanhar o dia a dia da criança, seus valores, suas relações, as amizades, ou seja como vive o nosso aluno, daí a importância de os professores da escola indígena serem indígenas e da própria aldeia, para poder ter uma propriedade maior de trabalhar a questão social da comunidade.

De acordo com os Referenciais para a Formação de Professores Indígenas, os professores indígenas devem seguir uma grande demanda de exigências propostas pelas lideranças indígenas conforme segue:

- Reconhecer-se e ser reconhecido como pertencente à comunidade/povo indígena em que funciona a escola;
- Ser apoiado e indicado pela comunidade por meio de suas formas de representação política;
- Estar sensível às expectativas e as demandas da comunidade relativas à educação escolar de seus membros;
- Saber dialogar com as lideranças de sua comunidade, com pais e alunos;
- Relacionar-se de forma respeitosa com a comunidade, ajudá-la nas dificuldades e defender seus interesses;
- Agir de acordo aos compromissos assumidos com a comunidade;
- Ter comportamento compatível com a organização social e cultural da comunidade e com

suas regras e princípios;

- Demonstrar interesse pela aprendizagem e desenvolver capacidades bilíngues nas modalidades orais e escritas no português e nas línguas indígenas maternas (quando estas são faladas ou conhecidas;
- Conhecer, valorizar, interpretar vivenciar as práticas linguísticas e culturais consideradas significativas e relevantes para a transmissão e para a produção social da comunidade;
- Torna-se progressivamente um pesquisador, estimulador e divulgador das produções culturais indígenas entre as novas gerações e na sociedade envolvente;
- Torna-se um intelectual que reflete e faz refletir criticamente sobre a realidade do seu povo nas atuais circunstâncias históricas e ajuda a transformá-la;
- Respeitar e incentivar a pesquisa e o estudo dos conhecimentos relativos à sociedade e ao meio ambiente junto aos mais velhos, dos caciques, das lideranças e dos demais membros da comunidade;
- Tornar-se um líder capaz de mobilizar os outros, a partir dos espaços educacionais, para identificar, entender e buscar soluções para os problemas da comunidade;
- Ser criativo e participar de sua comunidade profissional , trocando experiências com outros professores indígenas;
- Ser conhecedor e transmissor dos direitos e deveres das sociedades indígenas no País e no mundo;
- Ser capaz de conceber seu trabalho de forma abrangente, apoiando o preparo do aluno para a vida social;
- Participar do cotidiano da aldeia, dos eventos culturais e tradicionais do seu povo;
- Desenvolver e aprimorar os processos educacionais e culturais dos quais é um dos responsáveis , agindo como mediador e articulador das informações entre seu povo , a escola e a sociedade envolvente;
- Relacionar a proposta pedagógica da escola à proposta política mais ampla de sua comunidade relativa a seu presente e futuro;
- Praticar no seu cotidiano a coerência entre a expressão verbal e a prática;

É necessário ressaltar que esse conjunto de atribuições ao perfil do educador indígena, são algumas delas já imediatas outras adquiridas ao longo de sua experiência. Porém em muitos casos professores indígenas por muitos anos tentam se enquadrar nesse perfil e se perdem pelo caminho optando por outra área profissional.

Além de seguir essas atribuições a Escola Indígena Brolhos da Terra conta com a presença e participação efetiva das duas lideranças indígenas da terra que são mulheres consideradas pelo seu povo como mulheres de luta, portanto, guerreiras. Isso ajuda a gestão da referida escola no planejamento de suas ações e auxiliam nas questões do dia a dia, principalmente sobre reflexões a cerca da cultura da etnia que precisa ser valorizada e praticada.

Pensando em atender aos pressupostos e concepções das lideranças, a escola antes de iniciar qualquer turno de aula faz uma acolhida coletiva, com informes da luta e do mundo, orações e agradecimentos ao Deus Pai Tupã. Nesse momento não pode faltar a oração mais sagrada para a etnia que foi criada por uma professora indígena em atuação na escola:

Nós Tremembé acreditamos;
em Deus que é nosso pai Tupã;
na terra que é nossa mãe;
na mata que é nossa vida;
na lua e nas estrelas,
que são nossas energias;

No sol que é nossa luz;
No trovão e no relâmpago,
que são nossas previsões;
Nas pedras e nos astros que,
são nossas armas;

No fogo que é nossa visão;
E em toda atmosfera;
Vivemos da força da terra;
que nos dá energia,
Para lutar e vencer nossas batalhas;
Por isso somos povos da luta;
por isso somos povo Tremembé;
Assim seja!

(Sandra Tremembé – Professora Indígena)

As lideranças indígenas acreditam que momentos como estes fortalecem a escola e consequentemente a luta, na perspectiva de disseminar as concepções culturais da etnia junto com as outras atividades que a escola realiza que fazem parte do seu currículo diversificado em todas areas do conhecimento, pois entendem que a cultura, a tradição, os valores e os princípios da etnia podem ser trabalhados em todas as disciplinas. Nas ciências devem ser valorizados os saberes dos mais velhos referente a medicina tradicional, as práticas e experiências das parteiras, o meio ambiente da terra indígena e seus cuidados com a natureza. Além da oração, os alunos e professores cantam e dançam músicas criadas por compositores

da própria etnia como é caso da seguinte:

“Eu nasci ali nas baixas/ me criei no São José (bis)
tamo lutando contra a empresa/ seja lá o que Deus quiser (bis)”
(Zé canan Tremembé)

Todas as músicas retratam a história, a vivência do povo, suas lutas diárias, descrevem o mar, a lua, as estrelas, suas bebidas tradicionais, descrevem o dia a dia da aldeia, suas dificuldades, seus tempos de colheita, suas festas tradicionais, sua culinária, seu medicina, enfim tudo que faz parte da vida dos índios Tremembé, tudo que é importante para a sua luta e seu movimento.

Já na matemática os princípios de contagem podem ser utilizadas as sementes da etnia, a estatística da aldeia, as situações problemas devem envolver as concepções do dia a dia do aluno indígena para fazê-lo compreender que a matemática também faz parte da aldeia. Na área da humanas, existem uma infinidades de conceitos a serem trabalhados, como a história do povo, sua trajetória histórica, as histórias dos mais velhos, a delimitação da terra , o etno mapeamento e etno zoneamento da terra dentre outros. Nas áreas diversificadas, a cultura, a religiosidade, os rituais sagrados, os saberes dos benzedores e curadores são primordiais. Já na área das linguagens devem ser aproveitadas as músicas, as histórias, as orações, as formas linguísticas e outros conteúdos relevantes.

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, formalizam essas concepções e orienta de forma bem mais ampla sobre essa educação intercultural, tratando de forma específica cada área do conhecimento e suas orientações para um trabalho integrado e diversificado atendendo às concepções das etnias. Vale lembrar que toda etnia possui suas especificidades e por isso é necessário uma análise para adequação.

A Escola Indígena Brolhos da Terra ainda possui em sua grade curricular disciplinas diversificadas e próprias do cotidiano da comunidade na qual estão inseridas, como História Tremembé, Espiritualidade Indígena e Cultura Indígena. Disciplinas essas que intensificam esse trabalho com a cultura e a história da etnia a qual pertence a escola, com o intuito de aprimorar as práticas milenares e históricas dos guardiões da sabedoria.

“A escola é da luta e a luta é da escola”, conforme afirma a liderança Adriana

Tremembé, enfatizando a importância da inserção da escola na luta e também das concepções da luta dentro do currículo da escola, para assim construir de fato uma educação indígena diferenciada sem perder a qualidade de ensino e muito menos os pressupostos que caracterizam o movimento indígena.

Para que possamos compreender melhor o conceito de cultura precisamos fazer um esforço e assim perceber porque essa temática está tão enraizada dentro das concepções de educação indígena. Na busca da sobrevivência, o homem interage com a natureza, modificando-a e dela extraindo o que necessita. Desta forma cria seu mundo com características humanas, e define a cultura do seu povo. A cultura é resultado de toda a produção humana, segundo Saviani “Para sobreviver o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura).” (1992, p.19).

Cultura é tudo o que os homens produzem, constroem ao longo da história, desde as questões mais simples às mais complexas, manifestadas por meio da arte, religião, costumes, valores, etc. É papel da educação escolar, respeitar essa diversidade e buscar desenvolver nos alunos, o sentimento de respeito pelas diferentes culturas dos povos, tendo clareza da necessidade de combater a homogeneização tão difundida pelos meios de comunicação. É preciso encarar essa diversidade que tem dentro das escolas como fator privilegiado e construído por meio de diversas experiências.

A escola indígena é intercultural, porque deve reconhecer e manter a diversidade cultural e linguística; promover uma situação de comunicação entre experiências socioculturais, linguísticas e históricas diferentes, não considerando uma cultura superior à outra; estimular o entendimento e o respeito entre seres humanos de identidades étnicas diferentes, ainda que se reconheça que tais relações vêm ocorrendo historicamente em contextos de desigualdade social e política.

4.1 – GESTÃO DEMOCRÁTICA E COMPARTILHADA

O conceito de gestão democrática e compartilhada parte do princípio de que todos os envolvidos em um processo escolar tenha sua opinião ouvida, nas decisões, nos planos de ação, na construção do currículo, na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola. A

gestão da escola é entendida como um grande processo desafiador que compreende todos os campos em que a escola está inserida e assim construir suas ideologias, assim sendo, “a gestão escolar pode torna-se uma práxis na medida em que se torna consciente de seu papel na superação desses conceitos baseados nos paradigmas do sistema capitalista” (SÁ, 2011, p.89).

Nas concepções de Gestão Democrática e Participativa, para que a gestão de fato seja um processo compartilhado, faz-se necessário a criação dos conselhos de classe, conselhos escolares, grêmios estudantis e outras organizações representativas que podem ajudar no trabalho da direção escolar e dos trabalhos construtivos como principalmente o Regimento Escolar e o Projeto político Pedagógico da escola.

Nesse sentido Paulo Freire nos faz refletir e retroceder os nossos conceitos sobre Gestão democrática e compartilhada para a construção da escola dos sonhos, quando ele afirma:

“Sonhamos com uma escola pública capaz, que se vá construindo aos poucos num espaço de criatividade. Uma escola democrática em que se pratique uma pedagogia da pergunta , em que se ensine e aprenda com seriedade, mas que a seriedade jamais vire sisudez. Uma escola em que, ao se ensinarem necessariamente os conteúdos, se ensine a pensar certo” **(Freire,2000 a, p. 24).**

No entanto, é importante ressaltar que, quando se pensa sobre Gestão compartilhada e democrática, também se perpetuam as gestões municipais que muitas vezes não querem se expor à sociedade e cometem gravíssimos erros contra a sociedade, é muito bonito falar desse tipo de gestão, porém é importante resumir que muitos projetos políticos pedagógicos ou planos de gestão municipal se dizem atender esse perfil, mas ouvem as opiniões dos outros sujeitos envolvidos, ou quando ouvem, eles tem que atender suas expectativas, caso contrários perdem seus cargos.

Essa realidade é vivida diariamente, infelizmente o homem ainda não se adaptou em compartilhar coisas com outros, o que difere também os índios da sociedade em geral, o que o índio tem não é só dele, é também de todo o resto da comunidade, da mesma forma, fazem com os problemas e as dificuldades que enfrentam diariamente, por isso a gestão democrática perpassa por toda a comunidade.

A luta pela democratização, pela escola de qualidade, por uma educação pública gratuita e universal, continua sendo a palavra de ordem numa perspectiva progressista de educação, fundamentada numa concepção histórico crítica. Precisamos ter clareza que Gestão Democrática é uma questão de postura, que se aprende no cotidiano da escola, no coletivo, isso não quer dizer que todos têm que estar no mesmo lugar pensando a mesma coisa, mas coletivo é um grupo de pessoas que comunga da mesma ideia e que procura buscar espaço para discussões.

“... a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem mas também incentivem práticas participativas dentro da colégio pública. Isso parece tanto mais necessário quanto mais considerarmos nossa sociedade, com tradição de autoritarismo, de poder altamente concentrado e de exclusão da divergência nas discussões e decisões” (**Paro, 2003, p. 46**)

Uma escola democrática deve ter na sua organização órgãos constitutivos e atuantes que são: Conselho Escolar, Grêmios Estudantis e ONGS .A Gestão democrática será efetivada com a consciência pedagógica da administração no que se refere a participação dos membros da comunidade envolvida. A Escola Indígena já possui uma característica que evidencia esse pressuposto fundamental de gestão que é ser Comunitária. Não há como existir uma fundamentação de escola indígena sem a participação da comunidade. Vale ressaltar que a participação da comunidade não tira a liderança profissional do gestor(a), podendo exercer sua função com qualidade.

A comunidade espera do gestor(a) liderança e compromisso com a comunidade e entendemos que esta parceria efetiva tem gerado resultado satisfatório para suas escolas, no entanto a cultura de participação também deve ser estimulada a cada dia pela escola. A gestão democrática é acima de tudo liderar de forma coletiva e efetivar relações dentro e fora do ambiente escolar construindo diferentes concepções de educação e seus elementos.

4.2 – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO X GESTÃO ESCOLAR INDÍGENA

O Projeto Político Pedagógico da Escola Indígena Brolhos da Terra, segundo a gestão da escola foi construído de forma coletiva e compartilhada com representações de pais, alunos, lideranças, guardiões da sabedoria e demais membros da comunidade. O mesmo fica à

disposição da comunidade escolar para consulta em qualquer circunstância, todos os professores possuem esse documento em mãos como ferramenta de trabalho diário.

Esse documento ressalta com muita convicção sobre o compromisso da escola com a comunidade:

A Educação indígena possui vários elementos que a diferenciam da escola convencional, o currículo, os rituais de pajelança, as lutas da comunidade que também permeiam a escola, os costumes, as histórias, a caracterização, pinturas corporais, as formas de se relacionar com a natureza e os elementos de ancestralidade dentre outros. O papel da escola indígena é de fundamental importância para o desenvolvimento da comunidade e deve atender as perspectivas da comunidade que ainda estão em processo de entendimento do real papel da escola.

(Projeto Político Pedagógico, Escola Indígena Brolhos da Terra, 2017, P.4)

Esse parágrafo que consta do PPP no Escola Indígena Brolhos da Terra, reforça de forma muito clara o compromisso assumido pela escola pautado nas concepções referenciais e bibliográficas de grandes autores e estudiosos. Enfatiza também sobre a construção e composição curricular da escola, dando ênfase na percepção coletiva de conhecimentos e idealizações da etnia, que assume um papel fundamental dessa ferramenta tão importante para a escola que é o Projeto Político Pedagógico.

O PPP é considerado pela comunidade escolar, um elemento de fundamental importância para o desenvolvimento norteador da escola, desse modo é importante ressaltar que essa construção perpassa por longas e indispensáveis etapas de reflexão e interatividade. No Projeto da referida escola é possível perceber elementos importantes como a missão da escola que se destaca dizendo “Oferecer um ensino de qualidade, contribuindo para a formação de cidadãos capazes de atuarem dentro e fora da comunidade preservando sua cultura e defendendo seu povo”. Missão que tem um papel e um significado muito importante para a comunidade.

O Projeto Político Pedagógico da escola também apresenta as linhas de ação da escola, os valores e os princípios da escola, as ações e atividades que a escola participa. É importante destacar nesse projeto os valores que a escola perpetua:

- **Respeito** – trabalhamos a questão do respeito em geral, principalmente o respeito aos idosos, a natureza e seus fenômenos.

- **Igualdade** – incentivamos, valorizamos e reconhecemos as contribuições individuais e coletivas de nossos alunos e colaboradores.
- **Ética** – trabalhamos com elevado senso de compromisso, serenidade e respeito em todas as nossas ações.
- **Solidariedade** – valorizamos o espírito coletivo, comprometimento e colaboração no alcance dos objetivos institucionais.
- **Transparência** – orgulhamo-nos de ter uma comunidade no alcance dos objetivos institucionais, aberta e honesta.
- **Criatividade** – apoiamos a criatividade e a inovação individuais, valorizando as ações empreendedoras, criativas e flexíveis.

Dentro das concepções de currículo da escola seguem as orientações curriculares de projetos específicos e fixos que a escola já desenvolve, um que se destaca tanto dentro da comunidade como também de forma externa é o Projeto Dia do Índio, uma ferramenta muito importante não apenas para a escola, mas para toda a comunidade.

O Projeto dia do Índio acontece anualmente no mês de abril, mês em que o homem branco determinou uma data para homenagear ou lembrar dos povos indígenas. O projeto reforça que todo dia é dia de índio na aldeia e por isso o mês de abril vem como forma de fortalecer a identidade da etnia. As atividades do projeto perpassam por uma infinidade de conteúdos previamente planejados pela escola e lideranças das aldeias, destacando os temas em que a comunidade está precisando se fortalecer. Tem uma média de duração de 10 a 15 dias de forma integral e sempre no dia 19 de abril é feito a culminância e encerramento do projeto, dia em que muitas escolas vem visitar e prestigiar as exposições de religiosidade, culinária, trajetória histórica, medicina entre outros temas.

Nesse sentido é que a Escola Indígena Brolhos da Terra tem em suas concepções em comum acordo com a comunidade que não tem como dissociar a educação da cultura e da história. É importante ressaltar que muito antes da construção do Projeto Político Pedagógico, a Escola Indígena Brolhos da Terra construiu também em conjunto com a comunidade o Regimento interno da instituição, que ressalta as atribuições de todos os cargos existentes dentro da escola, os direitos e deveres dos alunos, dos professores e da comunidade.

Ressaltamos que o Regimento Escolar (RE) é uma lei, é a lei maior da escola,

podemos dizer ainda que é um pacto educativo que precisa ser cumprido tanto pelos funcionários, gestão escolar, comunidade discente, docente e comunidade de pais e responsáveis. No entanto é ressaltar que esta lei deve sempre ser amparada pela lei da maior da Educação Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e ainda amparada pela lei superior que é a Constituição Federal de 1988, tendo em vista que a lei interna da escola, ou seja o Regimento Escolar não é superior à leis maiores conforme já citadas.

Segundo o Instrumento de Gestão Escolar do Governo do Estado do Ceará, o Regimento Escolar tem como principais objetivos:

- Contribuir para o sucesso do processo educativo, desenvolvendo a compreensão de que todos são responsáveis pelos resultados da aprendizagem;
- Estabelecer normas para o funcionamento da escola e para convivência harmônica entre as pessoas, estimulando o desejo de participação e a corresponsabilidade, sustentada na decisão coletiva;
- Disciplinar as atribuições dos profissionais que atuam na escola e organismos colegiados;

Já o Projeto Político Pedagógico, tem a função de nortear o trabalho da escola, de orientar pedagogicamente e politicamente os rumos do trabalho da escola. Diante disso, a Resolução nº 395/2005 ressalta:

Art. 3º – O Projeto Pedagógico é um instrumento de gestão que expressa a proposta educativa da escola, define o rumo, a intenção e os processos que a instituição de ensino utilizará para cumprir as metas e objetivos estabelecidos, e por se constituir, na sua essência, um processo educativo, estará em permanente avaliação e reelaboração.

Esse artigo além de reforçar o que já havia sido dito, ainda acrescenta que o Projeto Político Pedagógico não é um documento fechado ou estagnado, muito pelo contrário, é um documento que precisa ser reelaborado e reorganizado, de acordo com as experiências e mundanas ideológicas e sociais da comunidade na qual a escola está inserida.

Ainda de acordo com a resolução já citada, o inciso 2º traduz de forma clara sobre o Projeto Político Pedagógico:

I. proposta curricular que evidencia o conjunto de concepções pedagógicas adotadas pela escola e que contribuirão para a transformação da sociedade e para o tipo de ser humano que a

escola pretende formar;

II. a organização da ação pedagógica, considerando o conjunto de todas as atividades educativas desenvolvidas no cotidiano escolar, composto de:

- a) prática da sala de aula, que conduzirá a relação professor e aluno na formulação diária da aprendizagem, a partir de processos pertinentes de avaliação;
- b) proposta curricular, que levará em conta as Diretrizes Nacionais: Base Nacional Comum e parte diversificada, as diretrizes estaduais e municipais e , ainda, os objetivos da escola; e
- c) gestão escolar, que definirá as formas de participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, as responsabilidades individuais e coletivas na condução do processo educativo, assim como as relações interpessoais , internas e externas.

Todas essas orientações foram seguidas pela comunidade da Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú para a construção do seu Projeto Político Pedagógico quando receberam a escola em sua terra para assim aprimorar as práticas pedagógicas e diferenciadas de ensino já construídas pela comunidade.

A gestão da escola trabalha em parceria tanto com os professores como com as lideranças, essa equipe fortificam - se sempre unidos(as) e buscam juntas melhorias no movimento e no dia dia da escola, pois não existe escola sem movimento indígena, ou seja, sem luta. Observa-se que com essa união estamos conseguindo muito para escola e comunidade.

O trabalho da gestão é acompanhado pela comunidade de forma geral, pois participam das decisões, das reuniões e das dificuldades que a escola enfrenta. A Escola Indígena Brolhos da Terra elabora seu plano de ação em conjunto com toda equipe da escola e socializa com com os membros da comunidade, bem como conta também com seu apoio e participação.

Como afirma Ferreira (2004, p. 1241) “gestão significa tomada de decisões, organização, direção”. Nesse sentido a escola deve preocupar-se também em desenvolver ações que possam efetivar o comprometimento com a comunidade buscando atingir seus objetivos e metas desejados. Isso significa reafirmar a confiança e reforça o compromisso de parceria firmado entre escola e comunidades.

4.3 – RELAÇÃO COMUNIDADE X ESCOLA NUMA PERSPECTIVA DE TRANSFORMAÇÃO

A relação de família e escola deve ser um caminho estreito à trilhar durante toda a vida escolar dos alunos e por isso se faz tão necessária e indispensável para o desenvolvimento da escola, pois é na família que as crianças tem o processo educacional iniciado em sua casa, nas aldeias, no convívio com os mais velhos, as lideranças e demais membros da etnia.

Em virtude da sua especificidade, o trabalho com a Educação Escolar Indígena é fundamentalmente um trabalho de parceria, não só entre as diferentes esferas e instâncias governamentais, mas também entre a escola e comunidade. A Escola consegue manter uma agradável relação com a comunidade, costumamos sempre dizer que não há diferença nem distância nesses dois elementos, a escola é comunidade e a comunidade é escola. A escola tem conseguido despertar no aluno Tremembé o senso crítico no sentido de intensificar sua participação em todos os momentos de organização da comunidade, não há como não ter essa relação, pois os adolescentes que fazem a organização de jovens indígenas são os mesmos que estão na escola e isso acontece com todos da escola/comunidade, no entanto a escola tem o dever de contribuir com essa relação que é tão bonita.

Um fato que evidencia essa parceria é a atuação das lideranças indígenas nas decisões e organização da escola atendendo a uma das características da escola indígena que é ser Comunitária, onde a escola não toma providências ou resolve seus problemas sem a presença da comunidade, isto também inclui a seleção de funcionários, professores e gestores. Vale ressaltar ainda que as lideranças participam de todos os momentos da escola tais como reuniões, formações, encontros pedagógicos e ainda na atuação de resolução dos casos de indisciplina dentre outros.

A participação da comunidade nas tomadas de decisões da escola é importante para fundamentar a confiança no trabalho desenvolvido pela escola, faz com que a comunidade sinta a sua importância dentro da instituição e ainda auxilia no trabalho da escola no campo comportamento e disciplina dos alunos que percebem a presença de seus pais dentro da escola. A comunidade também é convidada para participar das aulas, seminários e apresentações dos alunos no dia a dia da escola.

A Escola Indígena Brolhos da Terra vem ao longo do tempo tentando melhorar sua atuação enquanto instituição de ensino com foco no desenvolvimento e aprendizagem do cidadão Tremembé, embora atualmente ainda tenhamos dificuldades no que se refere a participação dos pais na vida escolar de seus filhos, essa situação tem melhorado a cada dia, esse quadro já foi bem mais alarmante. Isso se deu por conta das ações que a escola planeja e desenvolve junto a escola e as lideranças indígenas.

Vale ressaltar que a partir da contribuição das lideranças no planejamento de ações da escola, muitas dificuldades no sentido de participação das famílias foram superadas, pois as lideranças tem uma enorme poder de entusiasmo para o fortalecimento de nossas ações. No entanto a escola ainda enfrenta diversas dificuldades tais como já foram citadas neste projeto e buscará junto aos seus parceiros supri-las no decorrer do tempo, principalmente as ações e atuação do Conselho Escolar que ainda pode melhorar e efetivar suas ações junto à escola no sentido de contribuir para o nosso sucesso.

5 – METODOLOGIA

A referida pesquisa foi realizada por meio de conversar informais com lideranças, alunos, professores, comunidade escolar em geral e demais funcionários da escola. Também foram aplicados questionários qualitativos com os membros das mesmas categorias já citadas. Na conversa informal, foi explicado sobre o desenvolvimento da pesquisa, o tema e os objetivos, os questionários foram entregues para que cada um respondesse o seu com calma e depois devolveram respondidos.

Os questionamentos seguem numa linha qualitativa sobre a gestão da escola, a visão dos membros investigados sobre o conceito de gestão coletiva e compartilhada, bem como sobre a postura da gestão frente ao movimento indígenas, enfim, todas as questões apresentadas nesse trabalho foram resumidas para enfim reconhecer o trabalho da gestão atual da referida escola em pesquisa.

Após a entrega dos questionários respondidos, os dados foram analisados tendo como base a vivência e experiência na escola, garantindo o sigilo da identidade dos entrevistados, embora, em resumo das respostas, isso não se faria necessário, no entanto, em entendimento

das bases legais, os nomes dos entrevistados poderão se apresentar de forma fictícia.

5.1 – Campo da pesquisa

A Pesquisa foi realizada na Escola Indígena Brolhos da Terra, uma escola diferenciada que foi criada pela necessidade da comunidade em ter uma educação que valorizasse a cultura, costumes, crenças, tradições de seu povo e por conta do preconceito sofrido pelas crianças e adolescentes que estudavam na escola convencional. Uma adolescente chegou a ser agredida com uma pedrada no olho, por um aluno da escola regular dentro do transporte escolar, por conta que a mesma se identificava como índia, sofrendo constantes preconceitos.

Esse fato ocorreu em 2004, logo após o ocorrido, as lideranças junto à comunidade, se reuniram e decidiram reivindicar uma educação diferenciada. Foram até a Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC) e em nome da comunidade fizeram a reivindicação. No dia cinco (05) de fevereiro de 2005 recebemos a visita da Coordenadoria Regional De Educação (CREDE 2) que veio fazer a lotação de cinco professores : Erbene Rosa Veríssimo, Neusa Virgínio de Sousa, Cleidiane Castro de Oliveira, Sandra Virgínio de Sousa e Juliana Veríssimo Rosa, sendo que Erbene ocupou o cargo de professora -coordenadora.

A formação dos professores era apenas o ensino médio convencional, apenas uma professora tinha cursado o pedagógico. No ano de 2006, todos iniciaram um curso de licenciatura na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Quatro, conseguiram concluir e em 2009, todos ingressaram no Magistério Indígena.

A escola funcionava no salão comunitário da Associação dos Pequenos Agricultores de Buriti que servia para as reuniões e encontros da Comunidade onde também funcionava uma turma de jovens e adultos (EJA), no período noturno mantido pelo o município de Itapipoca-CE. A referida associação doou o local para o funcionamento da Educação Escolar Indígena.

Como tinha apenas uma sala, o espaço era pequeno e algumas turmas funcionavam nos alpendres das casas de professores que moravam próximo ao salão comunitário. Os professores eram contratados temporariamente pelo Estado, a merenda escolar, o material didático eram responsabilidade do município. Como nem o Estado, nem o Município

pagavam as merendeiras, os professores eram quem tiravam do seu salário para dar uma gratificação para duas merendeiras. A escola oferecia as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental I da 1ª à 4ª séries, funcionando em horários intermediários.

Durante o ano de 2005 a escola foi mantida pelo município e a partir do ano de 2006 passou a ser mantida pelo Estado. Nesse mesmo ano acrescentou-se um anexo na Aldeia São José, devido à distância de locomoção de uma Aldeia para a outra. No mesmo ano a comunidade fez uma reivindicação junto a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e conseguiu material de construção (tijolos e telhas), para a construção de outras salas de aula. Como o material não era suficiente então as professoras se reuniram e compraram as madeiras e o cimento, a comunidade contribuiu com a mão de obra e juntos construíram mais duas salas de aula, dois banheiros, e uma cantina. Com isso, as turmas que funcionavam nas casas dos professores passaram a funcionar na escola e aumentou mais uma turma.

A quantidade de alunos aumentava a cada ano e apesar da ampliação, o espaço ainda não abrigava todos os alunos e duas turmas voltaram a funcionar fora da escola: uma em uma barraca anexa à escola e a outra na casa da liderança e professora Erbene Rosa . Outra dificuldade era as condições precárias do salão comunitário, a falta de eletrificação na comunidade e a falta de recursos didáticos. Por conta de tudo isso, professores e lideranças começaram a reivindicar junto a SEDUC e Governo do Estado, a construção do prédio da escola para oferecer uma educação de melhor qualidade. Após muitas reivindicações, deu – se início a construção da escola em abril de 2009, mas em junho do mesmo ano a construção foi interrompida pela justiça por conta de uma ação a pedido da empresa Nova Atlântida que se diz ter a posse da terra.

A comunidade enviou cartas para a FUNAI e Ministério Público pedindo providências. Em agosto a justiça deu causa favorável a comunidade e em setembro a construção foi reiniciada. Em agosto de 2010 a construção foi concluída, no dia 03 de setembro foi inaugurada, vale ressaltar que no dia da inauguração, o coordenador da 2ª CREDE de Itapipoca havia sido autorizado pela SEDUC para realizar a inauguração da escola, depois do ato de inauguração, comunicou as lideranças que tinha recebido um comunicado do advogado da Empresa Nova Atlântida algumas horas antes da inauguração, a

ordem de embargar a inauguração. Como não era uma ordem judicial, ele resolveu inaugurar a escola o mais rápido possível.

No dia 06 do mesmo mês, a escola começou a funcionar, no entanto, a empresa continua com o processo tentando fechar a escola. Em 2011 a Escola passou a ofertar o Primeiro ano do Ensino Médio. Em 2012 já oferecia o segundo ano do Ensino Médio. No mesmo ano, por unanimidade da comunidade em geral, a escola ganhou um novo nome: Escola Indígena Brolhos da Terra pois até então se chamava Escola Diferenciada de Ensino Fundamental e Médio de Buriti, o novo nome significa uma nova geração, sendo divulgado no Diário Oficial da União e significando mais uma conquista do povo Indígena Tremembé de Itapipoca-CE.

Atualmente, a escola oferta as seguintes modalidades de ensino: Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. Quanto ao quadro de professores há dezenove (17) professores, o núcleo gestor é composto por uma (01) diretora, um (01) secretário, uma (01) professora coordenadora de ensino (PCE) e um (01) Assessor Financeiro. Há duas (02) auxiliares de serviços gerais, uma (01) merendeira e um (01) porteiro, sendo que os mesmos são contratados por quatro empresas terceirizadas. Quanto a estrutura física a escola possui quatro salas de aula, cinco banheiros, almoxarifado, secretaria, diretoria, sala dos professores, sala de informática, sala de multimeios, cozinha, pátio e uma quadra poliesportiva.

As quatro salas de aula não são suficientes para atender todas as turmas, por conta disso, uma turma do Ensino Fundamental II funciona no turno noite. O povo Tremembé de Itapipoca está muito feliz com a conquista da escola que é de fundamental importância para o fortalecimento de sua cultura e valores. Depois de muitas lutas e reivindicações a escola conquistou também um transporte escolar e ainda dispõe de uma merenda de qualidade onde a autonomia da escolha dos itens também é da escola que seleciona um cardápio respeitando a culinária tradicional dos alunos.

5.2 – Resultados da Pesquisa

Os questionários foram aplicados por blocos, o primeiro deles foi aplicado junto à gestão da escola. O primeiro questionamento se refere à visão da gestão no que tange à relação gestão escolar indígena e os princípios das etnias indígenas. A gestão afirma que a

educação indígena em si busca a democracia por suas decisões serem com a participação de todos os envolvidos com a escola, pois somente assim torna-se uma educação diferenciada com suas particularidades e envolvimento com a comunidade, pois uma de suas características é ser comunitária, portanto essa democracia acontece mesmo sem os envolvidos perceberem.

O segundo questionamento pergunta sobre a participação da comunidade na construção da gestão coletiva da escola. A gestão responde que a comunidade participa das decisões que envolvem contratos de funcionários, aulas específicas e diferenciadas, nos momentos de organização culturais, recursos financeiros, decisões de matrícula de alunos não índios quando se interessam em estudar na escola indígena, professores indígenas lecionarem nas disciplinas que a escola tem carência.

O terceiro o questionamento pergunta sobre a autonomia da gestão frente às concepções de gestão democrática e compartilhada. A gestão responde que esse trabalho é feito em conjunto com os professores, lideranças, comunidade, dentre outros, todos são convocados à participar das decisões da escola como calendário escolar, aulas nos espaços das retomadas e etc, termina dizendo que embora alguns professores não concordem com algumas decisões, se o povo decidir em maioria tem que ser acatada a proposta.

O quarto e último questionamento foi sobre os organismos organizados dentro da escola que auxiliam com o trabalho da gestão escolar. A gestão responde que a escola conta com o Conselho Escolar, Unidade Executora e Comissão de Licitação. O conselho escolar apoia nas decisões sobre compras, problemas de indisciplina dentre outros. Já a Unidade Executora apoia na administração e decisões sobre compras, relacionadas ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e na execução de programas como Mais Educação. A comissão de Licitação organiza e decide sobre as licitações dos recursos da escola. Também existe a Comissão de prevenção as doenças sexualmente transmissíveis, drogas e medicina tradicional. O Grêmio Estudantil está em fase de organização e por isso a gestão ainda aguarda ações coletivas. A Gestão ainda conta com a Equipe de Saúde Indígena local, que auxiliam com palestras e vacinação com os estudantes, auxiliam também nas ações de hortas e hortos medicinais.

O segundo bloco da pesquisa foi direcionado ao público de professores. O primeiro questionamento foi sobre as concepções dos professores sobre gestão democrática e

compartilhada, ambos respondem que entendem como sendo um processo de participação nas decisões da escola, isso é importante para que o processo de condução do ensino aprendizagem ocorra de forma inovadora e transformadora, onde cada integrante passa a ser um sujeito ativo. Para que haja um bom desenvolvimento educacional é necessário que haja uma proposta pedagógica realizada democraticamente, onde todos os envolvidos participem por meio do diálogo, dando ideias, colaborando de certa forma para que ocorra o bem sucedido ensino aprendizagem, pois o gestor não faz gestão sozinho.

O segundo questionamento desse bloco se refere a participação do professor nas tomadas de decisão da escola que trabalha. Todos respondem que participam por meio envolvimento nas decisões da escola, ouvem e dão opiniões, se constroem assim numa perspectiva de educação de qualidade.

O terceiro questionamento, pergunta sobre o dialogo da gestão com demais envolvidos no processo educacional. Os professores respondem que o diálogo é uma das principais ferramentas de uma gestão escolar democrática, diante disso devemos sempre respeitar as opiniões e ideias dos outros. Consideram que o diálogo na escola é positivo, pois sempre que se deparam com algum problema sempre conversam e tomam decisões, porém essa ferramenta precisa ser exercitada sempre mais, principalmente quando se fala dessa relação com a comunidade, com as famílias que precisam acompanhar o desenvolvimento educacional de seus filhos.

O quarto e último questionamento desse bloco pergunta sobre a participação e conhecimento do professor a respeito do Projeto Político Pedagógico da Escola. Todos respondem que participaram da elaboração inicial, participam de suas atualizações e por isso tem conhecimento na íntegra sobre essa ferramenta tão importante para a escola.

O último bloco de questões foi aplacado junto às lideranças, que são pessoas muito importantes para o desenvolvimento educacional da escola. O primeiro questionamento foi sobre a sua participação enquanto liderança nas decisões da escola. As lideranças respondem que considera a participação efetiva e bastante positiva, participam de todas as decisões da escola e afirmam que a gestão tem uma consideração e respeito muito grande junto à elas pois existem coisas que a escola pode resolver sozinha, mas por ter essa consideração e respeito sempre as convocam para participar.

A segunda questão colocada foi sobre a postura da gestão escolar frente ao Movimento Indígena. Elas respondem que a gestão tem uma postura considerada boa frente ao movimento, porém esse é um exercício diário que todos devem fazer, o gestor precisa vivenciar muitos momentos que as lideranças vivem para compreender melhor e com mais intensidade o sentido da luta pela terra, pois a luta diária pela demarcação da terra também é o que garante a escola, a saúde e vários outros benefícios que a comunidade tem, por isso a gestão da escola precisa sempre ter essa relação de pertencimento.

O terceiro e último questionamento pergunta sobre o diálogo da gestão com a comunidade. As lideranças respondem que a gestão da escola sempre teve o cuidado com a aprendizagem das crianças indígenas e muito zelo pelas famílias dessas crianças, cuidado assim de todos e incentivando para o aprimoramento da cultura e da identidade como indígena.

Ao analisar essas reflexões, podemos afirmar o compromisso que a Escola Indígena Brolhos da Terra tem com a comunidade escolar, desenvolvendo dentro das suas idealizações os princípios da gestão compartilhada e democrática, numa sociedade em que o poder e a autonomia perpassam pelas veredas da ambição, do autoritarismo e da ganância.

Reafirmar conceitos de gestão democrática é se colocar frente aos desafios de um empoderamento de poder que já vem sendo imposto e enraizado junto à sociedade, onde não ouvir o outro é o caminho mais fácil. É confrontar com ideias de que só o diretor manda e toma as decisões por toda a escola, confrontar com a ideia de que os pais não tem nada a contribuir com a escola, por falta de cultura ou conhecimento.

Essas reflexões da pesquisa também nos permite fazer um passeio nas nossas ideias sobre educação escolar indígena, onde todos são ensinados que cada um tem sua importância e seu valor na sociedade. O idoso que não sabe ler nem escrever tem em suas vivências o poder da cura por meio de orações, ou por exemplo domina os saberes da mata, da medicina, das práticas agrícolas e assim por diante.

6 – CONCLUSÃO

Ao concluir esta pesquisa percebe-se quão grande é o universo da Educação indígena e seria impossível em poucas linhas descrever sobre todos os valores e princípios que permeiam essa modalidade de ensino. As técnicas, as práticas, as vivências, os saberes, os desafios, as habilidades, as competências, as atribuições, enfim são tantas coisas que não caberiam em um único livro, mas precisamos fazer esse exercício como fazem os índios em compreender os mistérios das entrelinhas que falam.

Muitos dos elementos específicos das comunidades indígenas considerados super importantes para a etnia não são revelados e talvez por isso, a educação indígena se torne ainda mais especial, porque as crianças são ensinadas desde pequenas que o professor da escola assume o lugar de pai e mãe quando estão na escola, que devem respeito à todos das aldeias, que devem pedir bênçãos aos mais velhos, em especial os curadores.

As crianças aprendem que as lideranças são as autoridades máximas de suas comunidades, muito maior que prefeitos, deputados ou presidentes da república. As lideranças podem dar uma ordem na aldeia e essa ordem precisa ser cumprida para o bem estar da comunidade. Aprendem que a escola é a continuação do que aprendem em casa. Aprendem que antes de entrar nas matas precisam pedir licença aos guardiões, por que a mata é viva e precisa ser respeitada do mesmo modo que são os mais velhos.

A pesquisa possibilita um passeio pelas idealizações e percepções a cerca das etnias indígenas e nos faz perceber o quão grandes são as concepções errôneas sobre esses povos, nos permite desmistificar a figura que foi colocada nos livros didáticos sobre os povos indígenas, como sendo preguiçosos, sem conhecimentos, sem valor. Essa pesquisa muito pelo contrário disso nos faz perceber o quanto ainda temos que aprender com as populações indígenas e que seus conhecimentos tem um valor extraordinário.

Pensar o índio como um ser atrasado é reafirmar a nossa incapacidade de evoluir, embora afirmemos diariamente que somos população civilizada, é preciso dar o direito ao índio de evoluir também e não encarar isso como forma de perder sua cultura, muito pelo contrário, isso deve-se configurar como aprimoramento de conhecimentos, como requisito para evoluir sem deixar de ser o que é, e como seria bom se todos tivessem essa capacidade,

de evoluir sem esquecer suas origens, a sua história.

Diante de tudo isso é perceptível os diversos valores que tem a Educação Escolar Indígena, que mesmo com tantos desafios, prevalecem na construção e valorização de suas identidades e culturas, enfrentando preconceitos, discriminações e muitos outros problemas. Povos com direitos garantidos, porém poucos efetivados na prática, lutam por um território livre de invasores, por suas terras demarcadas para livre usufruto, conforma garante a Constituição Federal.

Mesmo com todos os direitos que têm, mesmo não sendo concretizados em sua grande maioria, esses povos com motivos para se rebelarem, continuam em suas aldeias, cultivando seus valores, ensinando as novas gerações sobre tudo que tem em suas aldeias, ensinando sobre o respeito, sobre a vida, sobre o amor.

Nessa pesquisa é perceptível como as populações indígenas são especialistas em sentimentos e valores, cada pequena coisa ou ser que no mundo dos civilizados não significa nada, na aldeia tem um valor e uma função e por isso deve ser respeitado. Acreditar que os seus antepassados continuam vivos na ancestralidade e interferem na vida diária da aldeia é fantástico, compreender que a terra se comunica com os seu filhos é digno de muito respeito.

Para finalizar, é importante lembrar que o que determina a vida dos índios são as relações que os mesmos tem com a natureza e com os ancestrais, que dão o direcionamento das coisas, são as energias que recebem da lua, do mar, das estrelas, dos ventos. Isso é tão sublime e particular que embora muitos tenha preconceito, quem dera que todos nós tivéssemos e praticássemos um pouquinho da vivência dos índios.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ana Valéria. “ **Direito Internacional e Povos Indígenas**”. In: Ricardo, Carlos Alberto (ed.) Povos Indígenas no Brasil – 1991-1995. São Paulo: ISA, 1996.

AZANHA, Gilberto; VALADÃO, Virgínio Marcos. “ **Senhores destas terras**” - Os Povos Indígenas no Brasil, da Colônia aos nossos dias. Coleção História em Documentos. São Paulo: Atual Editora. 1991.

AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Gestão e Democracia Participativa na Escola**. Curso de Especialização em Gestão Escolar. Florianópolis, UDESC: FAED: CEAD, 2002.

BANIWA, Gerson dos Santos Luciano. **Territórios: um novo paradigma na política educacional brasileira**. Comunicação apresentada na CONAE 2010 – Brasília, CINEP, 2010.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Resolução nº 5, aprovada em 22 de junho de 2012.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Leis de Diretrizes e Bases**. Brasília: Congresso Nacional, dezembro, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC – SEF, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação. Portaria nº 1.062 – 30 out. 2013. **Institui o Programa Nacional de Territórios Etnoeducacionais – PNTEE**. Brasília, DF, 2013.

CABRAL, Ana Suelly, MONSERRAT, Ruth e MONTE, Nietta. **Por uma Educação Indígena Diferenciada**. Brasília: CNRC/ FNPM, 1987.

CARVALHO, Maria Celeste da Silva. Progestão : **Como construir os princípios de convivência democrática na escola?** Módulo V. Brasília, CONSED, 2001.

CHAGAS, MariaLady Leal. **O Regimento Escolar: discutindo sua formulação**. Curso de Secretariado Escolar (Módulo 4). Fortaleza, SEDUC/ CETREDE, 2003.

FERREIRA NETO, Augusto. **Projeto Pedagógico da Escola**. In: Revista AMAE. Belo Horizonte, 1996.

GARCIA, Thiago Almeida. **A Política Brasileira de Educação Intercultural e a Construção dos Territórios Etno Educacionais**. In: IX Reunião de Antropologia do Mercosul. Anais... Curitiba, PR, 2011.

GODOTTI, Moacyr. **Educação Básica e Diversidade Cultural**. São Paulo: Editora Pontes, 1994.

GRUPIONI, Luis Donisete B. (Ed). **Coleção de Livros Didáticos do Referencial Curricular para as Escolas Indígenas: Informações para o professor**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

GUIMARÃES, Paulo Machado (Org.) **Legislação Indigenista Brasileira**. São Paulo: Edição Loyola, 1989.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: Silva, Tomaz tadeu da (Org). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 12ª Ed. Petrópoles, RJ: Voses. 2013.

HENRIQUES, Ricardo; et al. **Educação Escolar Indígena: ressignificando a escola**. Cadernos SECAD, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília – DF, 2007.

IBGE. Censo Demográfico 2010 – **Características Gerais dos Indígenas – Resultados do Universo**. Rio de Janeiro: Censo Demográfico, 2012. (Disponível em <http://loja.ibge.gov.br/censo-demografico-2010-caracteristicas-gerais-dos-indigenas-resultados-do-universo.html>.)

_____. LEI nº. 10.172/01 – **Plano Nacional de Educação**. Disponível em : www.planalto.org.br

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão Escolar Teoria e Prática**. Goiânia: Ed. Alternativa, 5ª edição. 2004.

LIBÂNEO, José Carlos: **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Goiás: Alternativa, 1996.

MINISTÉRIO da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2ª edição, 2005 – **As Leis e a Educação Escolar Indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena/** Org. Luis Donizete – Benzi Grupioni – Brasília.

PIMENTEL, Spency – **O Índio que mora na nossa cabeça: sobre as dificuldades para entender os povos indígenas/** Spency Pimentel – São Paulo: Pruno, 2012.

REDE DE COOPERAÇÃO ALTERNATIVA – BRASIL (RCA). **Educação Escolar Indígena – Contexto e Recomendações**. São Paulo: RCA, manuscrito, 2003.

RCNEI – **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas/** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. - Brasília. MEC/ SECAD 2005.

SÁ, Giedre Terezinha Ragnin. **A Gestão Educacional na Contemporaneidade e a Construção de uma Escola Emancipadora à luz da teoria de Antônio Gramsci**. Campinas. Mercado de Letras, 2011.

SANTILLI, Juliana, (Coord.) **Os Direitos Indígenas e a Constituição**. Porto Alegre/ Brasília: Sergio fabris Editor/ Núcleo de Direitos Indígenas. 1993.

SILVA, Aracy Lopes da (Org.). **A Questão da Educação Indígena**. São Paulo: Comissão Pró Índio/ Ed. Brasiliense, 1981.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA QUALITATIVA.**Curso de Pedagogia****Aluna: Cleidiane Castro de Oliveira****TEMA: A Gestão Escolar no Contexto da Educação Indígena – Uma abordagem teórica e prática sobre as vivências da Escola Indígena Brolhos da Terra.****Alvo: Diretora Escolar**

01 – Dentro das discussões atuais sobre Gestão Escolar Indígena, é comum afirmar que a mesma se configura em um contexto como sendo democrática e compartilhada. Diante disso, como é administrar a educação indígena atendendo a essas concepções?

02 – Como é a participação da comunidade na perspectiva de construção da Gestão da escola onde você é gestora?

03 – Como é exercitado a questão da autonomia da gestão dentro dos conceitos da gestão democrática e compartilhada na sua escola?

04 – Quais conselhos, organizações, grupos e outros que apoiam o trabalho da gestão em sua escola e como acontece esse apoio?

Obrigado pela colaboração!
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA QUALITATIVA.

Curso de Pedagogia

Aluna: Cleidiane Castro de Oliveira

TEMA: A Gestão Escolar no Contexto da Educação Indígena – Uma abordagem teórica e prática sobre as vivências da Escola Indígena Brolhos da Terra.

Alvo: Professores

01 – De acordo com as discussões atuais sobre gestão das escolas indígenas, afirma-se que a mesma se dá por meio de um processo denominado democrático, compartilhado e participativo. O que você professor compreende com essa afirmação?

02 – Você participa da tomada de decisões da sua escola? De que forma?

03 – Como você professor analisa o diálogo entre gestão escolar, alunos, professores e comunidade na construção da gestão da sua escola?

04 – Você conhece ou participou da construção do PPP da sua escola? De que forma?

Obrigado pela colaboração!
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA QUALITATIVA.

Curso de Pedagogia

Aluna: Cleidiane Castro de Oliveira

TEMA: A Gestão Escolar no Contexto da Educação Indígena – Uma abordagem teórica e prática sobre as vivências da Escola Indígena Brolhos da Terra.

Alvo: Lideranças

01- Qual a sua participação enquanto liderança nas tomadas de decisão da escola?

02 – Como você liderança, analisa a postura da gestão da escola frente ao Movimento Indígena?

03 – Como você analisa o diálogo da gestão escolar com professores, alunos e comunidade?

Obrigado pela colaboração!